

ANTÔNIO CARLOS RIBEIRO DE ANDRADA E O PERSONALISMO NA MEMÓRIA SOBRE A REVOLUÇÃO DE 1930

Danyllo Di Giorgio Martins da Mota*

Resumo: Neste trabalho propomos analisar o personalismo como um dos aspectos presentes nos textos de memória sobre a Revolução de 1930. Tomado como a valorização de ações individuais como explicação para eventos coletivos, o personalismo presente em tais textos permitiu a construção de mitos sobre o movimento político em análise. Aqui buscamos examinar, a partir do texto de Aurino Morais em diálogo com Barbosa Lima Sobrinho, as imagens construídas acerca da atuação de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, sua relação com a elite política mineira e a busca pela afirmação de sua condição de líder político estadual como elementos explicativos para a eclosão dos eventos políticos de 1930.

Palavras-chave: Memória; Revolução de 1930; Minas Gerais; Antônio Carlos Ribeiro de Andrada.

ANTÔNIO CARLOS RIBEIRO DE ANDRADA AND PERSONALISM IN THE MEMORY OF THE 1930 REVOLUTION

Abstract: In this work we propose the analysis of the personalism as one of the aspects that are present in the memory texts about the 1930 revolution. Taken as the appreciation of individual actions as explanation for such collective events, the personalism present in such texts allows the construction of myths about the political movement analysis. Here, we search to examine, through the Aurino Morais text that dialogues with Barbosa Lima Sobrinho, the built images upon the acting of Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, his relation with the political elite from Minas Gerais and the search for standing himself as a state political leader, as reasons for the political events of 1930 outbreak.

Key-Words: Memory ; 1930 Revolution; Minas Gerais, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada.

* Professor do Instituto Federal de Goiás – IFG. Doutorando em História pelo PPGH – UFG. E-mail: danyllodigiorgio@gmail.com.

1. INTRODUÇÃO.

Os textos de memória constituem uma das principais fontes para o estudo do movimento político que marcou o ano de 1930 no Brasil. É neste campo que se discute a participação dos principais sujeitos que promoveram as ações identificadas no termo Revolução. Dentro deste debate há grande destaque para as realizações da elite política mineira que apontam a luta pelo domínio da memória sobre o evento. A partir dos argumentos dos memorialistas é possível identificar seus posicionamentos perante o movimento, haja vista que muitos destes textos tinham como objetivo a defesa de ideias políticas para o momento seguinte ao processo e funcionaram como instrumento de intervenção no teatro político ou de influência sobre a opinião pública. Dessa forma os textos serviam também de consolidação dos projetos políticos que encontravam-se em disputa.

As obras produzidas no curso do processo político de 1930 – sobretudo entre os anos de 1929, quando as negociações para a sucessão presidencial se intensificaram, e 1933, quando os elementos da disputa são alterados pela convocação da Assembleia Constituinte – se caracterizam muito mais pelo apontamento de distintos projetos políticos a serem colocados em prática, que pela avaliação das causas que levaram àquele cenário de crise institucional. Este elemento nos ajuda a entender a forte presença de análises que atribuem a agentes políticos específicos, muito mais que aos partidos ou outros grupos politicamente organizados, as possibilidades de reorganização das instituições republicanas. Nestas análises, mesmo os projetos que eram colocados como possibilidades para a época e as dissidências internas da oligarquia estadual – no caso de Minas Gerais - são abordados como resultantes de disputas pessoais e transformam-se em artefatos políticos cuja finalidade é ressaltar ou criticar as ações de determinados indivíduos que nelas se envolveram.

Dentre as inúmeras narrativas que apresentam tais características, selecionamos duas obras no universo da memória sobre 1930 – uma produzida em Minas Gerais e outra produzida fora do estado - que nos permitem pensar a imagem que se constrói sobre Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, um dos indivíduos cuja atuação política teve grande ressonância no processo. Presidente de Minas Gerais entre 1926 e 1930, pertencente a uma das famílias mais tradicionais e longevas da política nacional¹, ocupou inúmeros cargos nas esferas municipal – em Barbacena e Belo Horizonte -, estadual e federal. Nesta trajetória destacou-se

¹ Os Andradas estão presentes no Parlamento desde as Cortes Portuguesas de 1821, tendo, ininterruptamente, ao menos um representante no Legislativo nacional brasileiro desde a Independência.

como articulador na organização da Aliança Liberal a partir de 1929, movimento que uniu seu estado ao Rio Grande do Sul e à Paraíba para lançar a candidatura de Getúlio Vargas à presidência da República em 1930. Após a tomada do poder com o movimento armado, ocuparia o cargo de Presidente da Constituinte (1933 – 1934) e da Câmara do Deputados (1935). Sua atuação gerou imagens absolutamente opostas na memória e na historiografia, circulando entre a herança oligárquica da Primeira República, o revolucionário aristocrático e conservador e o homem injustiçado pela predominância da memória varguista.

São essas imagens que orientam nossa análise. Para isso recorreremos ao texto de Aurino Morais, *Minas Gerais na Aliança Liberal e na Revolução* (1933) tendo como contraponto o livro de Barbosa Lima Sobrinho, *A Verdade Sobre a Revolução de Outubro 1930* (1933). Analisamos as representações das ações políticas do presidente de Minas Gerais para pensar como essas narrativas constroem discursos históricos e apontam a existência de projetos conflitantes apresentando o elemento comum do personalismo como explicação para os fatos políticos e possível solução para a crise institucional que se anunciava.

2. A MEMÓRIA SOBRE A REVOLUÇÃO DE 1930 E O DISCURSO PERSONALISTA.

Se a maior marca identificadora destes textos é o fato de serem obras produzidas no período imediatamente posterior ao processo político, outros pontos merecem destaque em sua caracterização como memorialísticos. São obras produzidas por autores de formações extremamente variadas, muitos dos quais envolvidos nos processos políticos da época, fazendo dos textos um artefato na luta pelo poder que se estende à construção de tais narrativas. Em geral os textos têm o objetivo de registrar impressões pessoais sobre o evento, resgatar a participação de algum agente político específico, fazer um balanço de seus resultados ou garantir que a memória sobre os fatos seja preservada com a máxima fidelidade. Contudo, todas essas características não representam uma diminuição do valor histórico de tais obras, pois apontam as formas pelas quais estes sujeitos pensavam seu próprio tempo.

Como destacado por Noé Freire Sandes, para pensar a produção histórica sobre a Revolução de 1930 é preciso refletir sobre o lugar que se tem atribuído à memória (SANDES, 2003, p. 146). A partir da década de 1960, com uma maior presença do tema na produção historiográfica institucionalizada, é possível identificar um processo de subordinação da memória à história. Contudo, a memória mantém-se como possibilidade de reordenação das

representações sobre o passado por meio da negociação de um lugar na sistematização do conhecimento histórico. Seu reconhecimento como parte integrante da produção historiográfica é assegurado, sobretudo pela ausência de trabalhos acadêmicos sobre o movimento de 1930 anteriores à década de 1960. Isso vai ao encontro do que João Miguel Godoy afirma:

A polissemia frequentemente apontada para o termo história transfere-se, de certa forma, para historiografia. Além do meramente literal – escrita da história –, dois outros sentidos acabaram por se impor: reunião dos escritos de história, inicialmente, mas também ramo do conhecimento histórico dedicado a recompor e a analisar a trajetória e as condições de possibilidades do próprio conhecimento histórico através de suas obras (GODOY, 2009, p. 67).

Em relação ao movimento político de 1930, as condições que estavam dadas para a produção do conhecimento histórico encontravam na escrita memorialística suas maiores possibilidades de reflexão. Segundo a periodização estabelecida por José Jobson de Arruda e José Tengarrinha, na abordagem sobre a história da historiografia brasileira, o período de nascimento do que chamam de “moderna historiografia” é delimitado entre as décadas de 1930 e 1970, caracterizando-se pela convivência entre historiadores de formação universitária e autodidatas (ARRUDA; TENGARRINHA, 1999; OLIVEIRA, 2016).

Tal como indicado por Sandes (2003), Godoy (2009), Arruda e Tengarrinha (1999), entendemos que a produção memorialística sobre 1930 deve ser considerada parte da historiografia sobre o processo. Sua importância é ampliada por elementos que caracterizam as narrativas e tem grande relevância para a análise que propomos neste trabalho. Um destes elementos é a busca pela reflexão sobre o movimento político e pela definição de lugares na história da “Revolução” para determinados agentes públicos. Isso já se mostra como uma preocupação no momento mesmo da irrupção do processo. Há uma grande quantidade de obras memorialísticas que buscam reafirmar a importância dos lugares ocupados pelos agentes que as produzem, ou que nelas ocupam a centralidade dos discursos, e estabelecem o diálogo entre as análises estruturais, os projetos políticos partidários e de grupos de influência, e a busca pela afirmação de trajetórias individuais no cenário político da época.

Outro elemento que se destaca como preocupação dos memorialistas é a afirmação de se estar relatando a verdade sobre os acontecimentos. Este elemento também encontra-se presente no livro de Aurino Moraes que se coloca como voz autorizada para falar de um tema que, em sua percepção, ainda não havia sido bem trabalhado. Reafirma sua condição de

“escrever o que realmente aconteceu” por se colocar como testemunha e parte nos acontecimentos (MORAIS, 1933, p. 366). O mesmo elemento também é encontrado no livro de Barbosa Lima Sobrinho, que traz já no título o compromisso do autor com a exposição de tal verdade e destaca que outros autores que escreveram sobre a Revolução de 1930 se colocaram sob um ponto de vista parcial no tratamento do evento, ora como apologia ora como libelo (LIMA SOBRINHO, 1973, p. XV).

Em geral afirmando a veracidade e fidelidade de seus relatos, em Minas Gerais estes textos representam os diferentes projetos que se organizavam a partir da disputa política entre as frações da oligarquia estadual que se expressam na própria divisão da elite no processo. Estes projetos políticos acabaram sendo identificados com tais grupos e com pretensos líderes que representavam ideários políticos similares. A defesa do Liberalismo econômico aliada ao Conservadorismo político aproximava ideologicamente os segmentos fiéis ao Governo Federal e os que se aliaram ao movimento de oposição. O acirramento da disputa política que colocava o presidente do Estado e o presidente da República em lados opostos ficou registrada nas análises da época como um conflito entre a esfera estadual e a federal. Os governos passaram a ser caracterizados de forma crescente como expressão das características pessoais de cada líder político. Dessa maneira a Revolução de 1930 é explicada, em muitas narrativas, pelos aspectos pessoais dos agentes políticos envolvidos, tendo apontadas como suas causas elementos como a intransigência de Washington Luís ou a ambição de Antônio Carlos.

Como aponta Noé Freire Sandes, a escrita memorialística permite a explicitação da dimensão subjetiva da escrita, assumindo a forma de testemunho e transfigurando o vivido em drama existencial, não do indivíduo, mas da *persona* que concentra a densidade dos papéis sociais (SANDES, 2003, p. 153). É neste sentido que buscamos analisar a cristalização de uma imagem política de Antônio Carlos baseada nas divergências entre a ideia de que sua ação em 1930 esteve pautada por objetivos estritamente pessoais em contraposição à afirmação do altruísmo de suas ações. O que buscamos é mostrar como essa imagem encontra-se presente na memória, servindo como informação para a moderna historiografia, que se consolidou posteriormente, de acordo com a definição de Arruda e Tengarrinha (1999). Este elemento ainda fundamentou a criação de um mito político nas biografias sobre Antônio

Carlos, mantendo-se o elemento personalista, mas sob um aspecto de posituação de sua ação como expressão da vontade popular².

Segundo a definição de Norberto Bobbio, o personalismo pode ser entendido como a prática de "apresentar-se como expressão legítima dos interesses e das necessidades do povo" (BOBBIO, 1998, p. 374). A perspectiva de que o indivíduo reúna em si as capacidades de transformação de um determinado contexto político e social encaixa-se nessa definição. Tal aspecto pode resultar de inúmeros fatores, dentre os quais encontra-se a incapacidade de partidos e outras organizações sociais ocuparem espaços de ação e atenderem a anseios de representação de grupos da sociedade. Tal aspecto é destacado por Paulo Roberto Leal na análise dos embates políticos no Brasil contemporâneo ao apontar que "uma das marcas desse modelo é a valorização da figura do candidato ou do governante em detrimento do partido político ou do governo" (LEAL, 2002). Tais aspectos podem ser identificados também na Primeira República, sendo um de seus aspectos as limitações características da organização político-partidária e, conseqüentemente, a incapacidade de representação dos anseios de grupos significativos da sociedade, sejam eles dissidentes da oligarquias estaduais ou os que dela não faziam parte.

Em uma definição complementar, Teresinha Maria Cruz Pires define o personalismo como "a liderança que busca o apoio das massas, que apresenta-se como defensora dos interesses sociais de maneira pessoal; sobrepondo-se às instituições formais" (PIRES, 2009, p. 08). Dessa forma as capacidades e as ações pessoais assumem um lugar que em um sistema político moderno (republicano, liberal etc.) é atribuído às instituições políticas e jurídicas.

O agente se confunde com o estado. O fato político é equiparado à ação individual do homem público e, por sua vez, reconhecido como expressão do anseio do povo, um singular coletivo que ganha expressão por meio de seu representante. O personalismo identifica as ações políticas como aspectos pessoais do líder, estabelecendo muitas vezes a confusão entre o agente político, o partido, o cargo ocupado, a instituição e o Estado. São estes elementos que encontram-se presentes na memória sobre o processo político de 1930. Nos textos

² As biografias às quais nos referimos são os livros *Presidente Antônio Carlos: uma Andrada da República; o arquiteto da Revolução de 1930* (Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998), de Ligia Maria Leite Pereira e Maria Auxiliadora de Faria e; o livro *Antônio Carlos Ribeiro de Andrada* (Manuscrito; CPDOC FGV, 1980), de Margaria Maria Andrada Mega. Na pesquisa que desenvolvemos defendemos que tais obras são parte de um projeto familiar de construção de memória com um duplo objetivo: a ressignificação da ação política de Antônio Carlos perante o público e a consolidação de tal experiência como capital político a ser transmitido às novas gerações da família Andrada. Neste texto não nos aprofundamos nestas questões para não fugir à proposta inicial.

selecionados, analisamos a presença do elemento personalista na construção da imagem pública de Antônio Carlos a partir de dois aspectos: a relação estabelecida entre o agente político e a elite mineira e; a correspondência entre as características pessoais do líder com os elementos que caracterizam as instituições públicas, ou seja, a relação entre indivíduo e Estado. Nessa análise destacamos a presença na memória de elementos identificados como causas do movimento político de 1930, com destaque para as disputas políticas entre Antônio Carlos e Washington Luís.

3. ANTÔNIO CARLOS COMO LÍDER DA ELITE MINEIRA.

Em seu livro, *Minas Gerais na Aliança Liberal e na Revolução* (1933), Aurino Morais³ lança mão de depoimentos de personagens envolvidos no movimento político e das informações contidas em documentos oficiais para construir uma narrativa sobre a participação do estado mineiro neste processo. Dois pontos são fundamentais para entender o elemento personalista presente em seu texto – ainda que, em certa medida, tais elementos também se apresentem em outras obras: a preocupação do autor em qualificar sua escrita como verdadeira com a utilização de testemunhas “confiáveis” e documentos oficiais e; a caracterização da narrativa como elogio aberto a um agente político com o objetivo claro de construir uma resposta aos textos publicados anteriormente.

Ao longo dos vinte e um capítulos, Morais aponta para a necessidade de revisar o lugar de Minas Gerais na política da Primeira República. Ele busca este objetivo se equilibrando entre a defesa das ações da elite, representada por Artur Bernardes e Antônio Carlos. Os dois políticos são personagens fundamentais da narrativa, sendo identificados com o tempo da Primeira República e o período revolucionário, respectivamente. As críticas a Bernardes no cenário mineiro, ainda que mais veladas que aquelas dirigidas ao presidente Washington Luís, estabelecem o contraponto com as novas possibilidades do Estado sob o comando do Andrada. Isso pode ser percebido no seguinte trecho:

O presidente de Minas era, ao contrário do chefe da Nação [Washington Luís], um político fino, de pensamento radicalmente democrático e liberal. Subindo ao Palácio da Liberdade como chefe de governo, o sr. Antônio Carlos se encontrava ali em condições de poder praticar livremente as suas ideias que até então, nos diversos

³ Aurino Morais foi redator do *Diário Mineiro*, do *Correio da Noite* e correspondente do *Correio da Manhã* (OLIVEIRA, 1980, p. 248).

cargos que exercera, estavam subordinadas a interesses diversos de sua vontade (MORAIS, 1933, p. 07).

Com o objetivo de reafirmar a condição de Antônio Carlos como líder político, era preciso que este se distinguisse dos demais membros da elite mineira. Dessa forma Antônio Carlos é visto como um político que simbolizava os valores da elite, mas que não encontra-se completamente subordinado às suas determinações, deixando transparecer as cisões internas da oligarquia estadual. Na chefia do Governo, ele ocupava uma condição de superioridade em relação à própria elite, o que lhe garantia a possibilidade de colocar seus planos em prática. Estabelece-se assim os elementos de distinção em relação aos demais chefes políticos de Minas, com grande destaque para ao longo do texto para Bernardes, ex-presidente do Estado (1918 – 1922) e da República (1922 – 1926), a quem Antônio Carlos servira como Secretário estadual e Líder do Governo na Câmara dos Deputados.

Os conflitos internos da elite se revelam quando o autor passa à abordagem da anistia aos revoltosos de 1922 e 1924. O tema é apontado como um “elemento sagrado” presente na consciência nacional, mas que não foi cumprida por Artur Bernardes (MORAIS, 1933, p. 05). Este destaque serve para reforçar as ações de Antônio Carlos dentro da política mineira como um líder mais próximo dos anseios populares, mais identificado com as reivindicações do povo, que aqueles políticos com os quais disputa os lugares centrais no cenário estadual.

Contudo, não foram poucas as críticas à liderança de Antônio Carlos ao longo do processo revolucionário de 1930. O comportamento vacilante, muitas vezes marcado por recuos estratégicos, do presidente mineiro rendeu inúmeras críticas dos líderes gaúchos e a desconfiança de correligionários da própria elite mineira, como Virgílio de Melo Franco. Aurino Morais buscou uma resposta a tais críticas que pode ser encontrada no seguinte trecho:

Após a vitória revolucionária, dominadas muitas das preocupações de empolgar em proveito próprio os louros da vitória, insinuou-se maldosamente a versão de que a atitude de Minas, através das considerações do sr. Antônio Carlos, propondo uma organização mais sensata e mais segura das forças revolucionárias, significava um recuo. Não pretendemos afirmar que Minas faria só a Revolução ou que o sr. Antônio Carlos fosse um revolucionário dos quatro costados. Neste movimento, entretanto, logo se afiguraria a qualquer espírito sensato que, se o sr. Antônio Carlos recuasse da Revolução, esta jamais se faria, pois, sem o presidente de Minas, seria absurdo admitir a hipótese de que a Revolução caminhasse. O próprio Rio Grande do Sul não iria adiante (MORAIS, 1933, p. 377).

No texto o autor estabelece condições distintas nas referências que faz aos estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul. À Minas cabe um lugar decisivo, sem o qual a Revolução não caminharia. O que é complementado pela ideia de que sem tal apoio, o Rio Grande do Sul não teria sucesso nessa empreitada. Contudo, quando se refere a Minas, o autor cita diretamente as ações de seu presidente. Se a Revolução não caminharia sem Minas, as ações do estado também só ocorreram por conta de seu presidente. Não há referências a seus pares da elite política, nem a correligionários. Mas o lugar de destaque é atribuído diretamente ao agente político que se confunde com o próprio estado. As críticas posteriores, dentre as quais é destacada a indicação dos recuos mineiros, são vistas como características positivas da personalidade do líder, como a percepção da necessidade de organização mais sensata e segura do movimento.

Muitas críticas a Antônio Carlos estão presentes na memória sobre a Revolução de 1930. No texto clássico de Barbosa Lima Sobrinho, *A Verdade sobre a Revolução de Outubro 1930* (1933), e em especial no terceiro capítulo, o elemento principal é a construção da imagem pública do então presidente de Minas Gerais como forma de decifrar suas reais intenções na condução do movimento que resultaria na aliança entre Minas Gerais e Rio Grande do Sul e na tomada do poder em 1930. O autor destacou os conflitos entre as correntes da elite mineira para apontar como se deu a ascensão política de Antônio Carlos (LIMA SOBRINHO, 1973, p. 22). O fato de um velho inimigo, Raul Soares⁴, o ter elevado à liderança da bancada mineira na hora em que “parecia mergulhar no ostracismo” e, de modo semelhante, outro inimigo político, Artur Bernardes, o conduzir à presidência de Minas, é tomado como caracterização da capacidade de Antônio Carlos de se adaptar às imposições para atingir seus objetivos.

Essa constante adaptação ao jogo político era fundamental para conquistar uma condição de liderança. Barbosa Lima Sobrinho discute as mudanças de posicionamento político de Antônio Carlos. O jornalista aponta que, como líder do governo de Artur Bernardes, foi o Andrada quem levou a São Paulo, em 1925, o convite a Washington Luís para sua candidatura à presidência (LIMA SOBRINHO, 1973, p. 06). Destaca ainda que

⁴ Raul Soares de Moura () foi presidente de Minas Gerais. Sua família, originária de Ubá (MG) ONDE Antônio Carlos ocupou o cargo de Promotor Público. Um dos casos mais marcantes de sua carreira como promotor foi o julgamento de Carlos Soares de Moura, irmão de Raul Soares. Acusado de assassinato e absolvido pelo júri, coube a Antônio Carlos recorrer do resultado do julgamento. As marcas do imbróglgio judicial permaneceram nas disputas políticas entre as duas famílias durante as décadas seguintes (PEREIRA; FARIA, 1998, p.30 - 31).

naquele momento isso não constringia de forma alguma aquele que seria líder da Aliança Liberal. Escrevendo em 1933, o autor acaba por fazer uma leitura distanciada do contexto. O momento em que Antônio Carlos ocupava a liderança do Governo Bernardes é politicamente distinto daquele em que ele seria um dos líderes da Revolução. Contudo, tal passagem serve para afirmar que ele “(...) aceita todos os encargos que lhe couberam, indiferente da opinião pública, ou até mesmo satisfeito de contrariá-la, se daí lhe pode resultar algum benefício para a carreira política” (LIMA SOBRINHO, 1973, p. 20).

Para Lima Sobrinho, isso explicava as ações de Antônio Carlos no governo estadual, vistas como contraditórias ao Liberalismo que afirmava defender. Antônio Carlos buscava organizar em torno de si os grupos mais influentes do Estado, como o Clero e as legiões católicas (LIMA SOBRINHO, 1973, p. 18), conquistadas com a adoção do ensino religioso, a colocação da imagem de Cristo nas escolas e a indicação de capelães para a milícia. Assim como o presidente do Estado, seu Secretário, Francisco Campos, responsável pela reforma educacional, são definidos como “espíritos de descrença íntima e inata” que “arvoraram-se em sectarismo militante”.

Dessa forma, a marcha liberal empreendida por Antônio Carlos (LIMA SOBRINHO, 1973, p. 18) apontava uma contradição pela influência religiosa institucionalizada no sistema de ensino adotada durante o governo que atendia à necessidade de aliciar diferentes grupos de apoio. O Liberalismo só se fazia perceber nas frases de efeito do político (LIMA SOBRINHO, 1973, p. 19). O “façamos a Revolução antes que o povo a faça” seria mais uma referência a um discurso, dito liberal, que servia como “sedução das esquerdas”. Para Sobrinho, “as palavras podem ir, sem prejuízo, muito adiante dos fatos”. Este liberalismo tinha como seu carro chefe a instituição do voto secreto como benefício para o povo que, como destaca John Wirth (1982), não alterava efetivamente o jogo político. servia, contudo, muito bem à promoção de Antônio Carlos como um reformador pioneiro do sistema político, atribuindo a ele, pessoalmente, tal mudança do sistema eleitoral estadual que deveria ser ampliado para todo o país.

4. ANTÔNIO CARLOS E WASHINGTON LUÍS: AS CAUSAS DA REVOLUÇÃO.

Dentro deste conteúdo personalista, no texto de Aurino Morais destaca-se ainda a definição das diferenças entre Antônio Carlos e o presidente Washington Luís. Enquanto Antônio Carlos se destacava por ser uma pessoa “fina de pensamento, radicalmente liberal e

democrático”, seu contraponto era encontrado na intransigência apontada como marca de Washington Luís. Tal atitude era identificada na recusa do presidente em aceitar a negociação com os liberais, o que os teria impelido à luta armada. As ações dos Governos de ambos e seus resultados são identificados com as personalidades dos dois chefes políticos, como no trecho a seguir:

O sr. Washington Luís, diante desta realidade invulgar, não se deteve. Ao contrário, positivou seus intuitos até então mais ou menos velados. Lançou a candidatura de seu amigo íntimo à própria sucessão e praticou, daí por diante, uma série interminável de atos desatinados. (...) Armou verdadeiros laços ao sr. Antônio Carlos, como o processo dos ‘*habeas corpus*’ injustificáveis, o caso de Montes Claros, a emboscada preparada pelo sr. Carvalho de Britto, o excesso de forças federais em Belo Horizonte e tantas outras investidas. Graças ao bom senso do governo de Minas, todas as intervenções falharam (MORAIS, 1933, p. 364 – 365).

As causas do processo revolucionário são atribuídas pelo autor às ações pessoais do presidente da República. Este elemento ganha destaque no apontamento da escolha de seu sucessor, identificado como “seu amigo íntimo”. As ações do Governo Federal, definidas como tentativas de intervenção no estado de Minas Gerais, são identificadas como ações pessoais de vingança de Washington Luís contra as opções políticas de Antônio Carlos. Governo, Estado e agente político se confundem na realização das ações.

As críticas a Washington Luís ainda se estendem ao fato de ter sido eleito em uma época em que as garantias constitucionais não estavam em vigor, o que impedia a plena consciência dos eleitores (MORAIS, 1933, p. 03). Morais aponta o apoio de seu antecessor, sem destacar que este antecessor era o mineiro Artur Bernardes. Toda crítica recai sobre Washington Luís como forma de reforçar o caráter autoritário do presidente e justificar o ingresso de Minas no movimento de 1930. Isso pode ser percebido também na forma como o autor denomina o estado de sítio imposto pelo presidente, definido pelo eufemismo “situação especial com relação à política interna”. Os atos de Bernardes são definidos como “excessos que este praticou contra seus adversários” (MORAIS, 1933, p. 04). A abordagem em relação às ações de Bernardes destoa das severas críticas que faz a Washington Luís, além do fato de desconsiderar a aliança política que existia entre os políticos e seus respectivos partidos para a eleição de 1926. Também não é abordada a participação de Antônio Carlos neste acordo político que, como um dos resultados, garantiria sua eleição para presidência do estado de Minas no mesmo ano.

Ao contrário, a imagem de Antônio Carlos é construída a partir do elogio de seus posicionamentos políticos no processo que antecedeu ao movimento de 1930. Ele é tomado

como o grande líder do estado, representante da elite e conhecedor dos anseios do povo. Os sucessos de Minas Gerais são alcançados por meio de suas tomadas de decisão. Dessa forma a memória sobre a Revolução de 1930 se confunde com as ações daquele que é apontado como seu líder e promotor, a despeito de sua forte atuação no teatro político republicano e na consolidação do próprio Governo de Washington Luís.

Já para Barbosa Lima Sobrinha, eram os interesses pessoais que explicavam as ações de Antônio Carlos. Tal postura era percebida pelo memorialista na concordância de Antônio Carlos com o presidente da República quanto ao adiamento da indicação do candidato à sucessão presidencial. Este debate ocupou o cenário político entre os partidos dominantes nos estados durante todo o ano de 1929⁵ e, segundo Sobrinho, tal concordância se devia à esperança do Andrada de ser o candidato oficial. Ele se coloca como porta voz dos chefes da política mineira e a aproximação de ideias parecia tão clara que Melo Viana⁶ teria se oferecido para selar o acordo entre os dois. Washington Luís recusou a aproximação. Tal recusa seria explicada pela “profunda incompatibilidade pessoal” que este nutria por Antônio Carlos” (LIMA SOBRINHO, 1973, p. 23 - 24). Deste modo, as causas da cisão política entre Minas Gerais e São Paulo se relacionam às disputas pessoais entre o presidente e um pretenseu sucessor.

Já Aurino Moraes aponta como motivação principal do processo de 1930 a intransigência do presidente da República e sua recusa em negociar com os aliancistas. Tal recusa a uma solução política pacífica teria duas respostas possíveis: na primeira “os militares teriam de tentar novo golpe” caso não se encontrasse a segunda opção, com o aparecimento dos “elementos políticos que, abandonando os seus interesses pessoais, se colocassem fortemente contra o poder central na defesa do regime” (MORAIS, 1933, p. 07). Dessa forma a ação dos políticos é colocada como uma antecipação aos militares, em defesa do regime democrático e em atendimento aos anseios do povo. Isso justifica a insurreição da elite que até pouco tempo antes fazia parte do jogo no mesmo lado do tabuleiro que o Governo que

⁵ Durante a Primeira República cabia ao Presidente da República a condução do processo de escolha de seu sucessor. A escolha era feita por meio da consulta aos Governadores, ou Presidentes de Estado, que indicavam o nome mais apropriado de acordo com os interesses das oligarquias estaduais. Este processo, que ficou conhecido como Política dos Governadores, foi instituído na presidência de Campos Sales (1902 – 1906) e consolidou as relações entre o poder central, as oligarquias dominantes nos estados e os coronéis, chefes políticos locais, que eram a base do sistema político-eleitoral. Ver: VISCARDI, 2912.

⁶ Fernando Melo Viana (1878 – 1954) foi presidente de Minas Gerais (1924 – 1926) e vice-presidente da República (1926 – 1930). Liderou, em Minas, a campanha de Júlio Prestes à presidência da República em 1930.

buscava derrubar. Dentre estes elementos políticos o destaque recai sobre Antônio Carlos, que reunia em si os valores da elite mineira. Isso é destacado em passagens como a seguinte:

No seu atilado senso, Minas, vendo claro, bem compreende que não há regime político capaz de resistir ao declínio moral dos homens que o servem nem progresso coletivo quando sobre o interesse geral o de indivíduos ou de classes. Por isso ela não admite o político que na carreira pública procure uma fonte de proventos para si, transformando em instrumento de lucros materiais os dignificantes cargos do governo, ou de representação popular; nem transige com os que, fracos às solicitações de interesse privado, por este esquecem ou sacrificam os legítimos reclamos da causa pública (MORAIS, 1933, p. 08).

Políticos com essa capacidade de se despir dos próprios interesses só seriam encontrados em Minas Gerais, chefiados por Antônio Carlos. A ideia do Andrada como chefe político é interessante, já que não se faz neste momento distinção entre o chefe do Governo e o chefe do partido⁷. Tradicionalmente a chefia era dividida entre ao menos estes dois entes. Em muitos casos o chefe do partido se sobrepondo ao chefe do governo. Neste caso essa distinção não aparece, apontando a busca pela reafirmação de sua força política em Minas Gerais neste momento.

Segundo Moraes, em relação aos outros estados o governo federal fazia a política a seu contento, contando com o apoio de todos os governadores e presidentes (MORAIS, 1933, p. 14). A vontade de Washington Luís era a vontade da nação com exceção de Minas Gerais e de umas poucas vozes individuais em outros estados. Isso fazia com que Minas tivesse destaque no cenário nacional como único estado, representado pelas ações de sua elite, a se contrapor aos mandos do presidente da República. O estado seria um conjunto uno de vontades de seu povo e de sua elite política, representada nas ações de Antônio Carlos, enquanto os demais membros da Federação encontravam-se sob o domínio da vontade do presidente da República. Este se encontrava como o contraponto ao caráter do presidente e chefe político mineiro.

Tal como o líder político, o grupo que o apoiava deveria também formado por homens “idealistas, despidos de interesses pessoais e resolvidos a todos os sacrifícios”. Isso não teria sido difícil de encontrar em Minas Gerais, já que tais características estabeleciam a distinção de sua elite em relação a outras regiões do Brasil. Aurino Moraes define as características que a elite se auto atribuía e que justificaram as ações políticas de 1930. Mais do que isso.

⁷ A comissão executiva central do Partido Republicano Mineiro – PRM, chamada de *Tarasca*, em geral composta pelos chefes políticos mais influentes do Estado, era a responsável pelas decisões políticas mais importantes que, em geral, eram referendadas pelos comitês e municipais do Partido. Era o lugar do embate político efetivo durante a Primeira República (VISCARDI, 1995).

Antônio Carlos é tomado como o exemplo de tal postura, devido à sua “desambição pessoal”, que estaria expressa nas ações que contrariaram os interesses políticos de Washington Luís. Para que se cumprisse o seu programa, o líder político de Minas Gerais abria mão da possibilidade de ser escolhido o candidato situacionista à Presidência da República, apesar de todas as credenciais que apresentava, e não se curvava aos desmandos do chefe da Nação. Para defender o regime republicano, ele “colocou-se em antagonismo ao governo federal, sacrificando seu nome, suas possibilidades e os elementos de que se ia cercar para a luta” (MORAIS, 1933, p. 12). É o desprendimento dos interesses pessoais que caracteriza o estado de Minas Gerais, em sua elite política e, particularmente, em seu presidente, sem os quais não existiria Revolução.

CONCLUSÃO

A percepção personalista da política, nas abordagens dos memorialistas de 1930, se relaciona à aplicação de qualidades ou imposturas pessoais dos líderes em seus respectivos governos. A noção de personalismo é acompanhada por elementos como a necessidade de distanciamento do líder político com questões de interesse econômico e político estritamente pessoal. O personalismo se caracteriza, a partir de uma visão crítica dos memorialistas, pela sobreposição destes interesses pessoais sobre o interesse coletivo. Sob uma perspectiva positiva, a partir do enfoque personalista, busca-se o estabelecimento de relações entre as ações individuais e fatos políticos de grande destaque, atribuindo a tais ações pessoais uma importância fundamental para o desfecho de determinado evento coletivo. Nos casos analisados, os processos políticos de 1930 é explicado pelas ações de Antônio Carlos, seja sob um enfoque elogioso, como presente no texto de Aurino Moraes, seja na crítica severa, como encontramos no texto de Barbosa Sobrinho.

O elemento personalista aponta a necessidade de criar narrativas que denunciem a sobreposição dos interesses pessoais sobre os projetos políticos que afirmam ser de interesse geral de determinados grupos sociais ou da população como um todo. Este elemento de denúncia, em relação às ações do presidente mineiro, encontra-se presente na narrativa de Barbosa Lima Sobrinho. Em contrapartida o texto de Aurino Moraes aponta a busca pela reavaliação dessa atuação individual de Antônio Carlos como resposta a essa perspectiva inicial que se consolidaria a partir de 1933 como imagem predominante de sua atuação. Se o elemento a ser combatido nas primeiras narrativas era a sobreposição dos interesses

individuais, como apontado acima, a resposta seguia a mesma vertente, mas atribuindo um valor inverso. Era exatamente no destaque para a personalidade política do Andrada que se explicava o papel fundamental de Minas Gerais no processo político de 1930.

Em linhas gerais, o personalismo encontra-se presente na memória sobre 1930 como modelo de ação política. É característico de um momento em que os partidos não reúnem forças para colocar em prática projetos eficazes para o país, ficando tais ações a cargo da iniciativa particular daqueles que ocupam os postos de comando. Isso pode ser percebido tanto na identificação de Antônio Carlos com as ações da elite política mineira, quanto na denúncia de ingerência de Washington Luís na escolha de seu sucessor, a partir de interesses estritamente pessoais. Em 1930 a denúncia de uma ação política personalista é tomada como elemento fundamental nas críticas dos aliancistas ao presidente Washington Luís, constantemente caracterizadas como arbitrárias. Tais críticas também são direcionadas pelos opositores aos políticos que comandam a Aliança Liberal. Este fato mostra o quanto havia de comum entre os dois grupos hegemônicos que disputavam o poder em âmbito federal neste período. Mais ainda: o quanto os memorialistas e os agentes políticos se utilizavam do jogo discursivo para criticar, no grupo opositor, práticas que também eram encontradas em seu próprio grupo.

Sob um aspecto elogioso das abordagens personalistas, tais discursos contribuem com a formulação de mitos políticos a partir de narrativas que superdimensionam as ações individuais, atribuindo aos indivíduos capacidades de ação e representação de grupos sociais, confundindo-os com as instituições do Estado e estabelecendo marcos na memória que se consagram também na historiografia. Entendemos que estes elementos tornaram-se a base para a imagem pública que se construiu sobre Antônio Carlos na historiografia em sua identificação como a “raposa” política que articulava seus projetos pessoais em detrimento de interesses coletivos. A resposta a essa imagem negativa é a motivação principal para os projetos memorialísticos, historiográficos e biográficos organizados pela família Andrada como forma de garantir a ele uma condição de destaque na organização do processo político que resultaria na Revolução de 1930.

Dessa forma, a historiografia se vê no meio do caminho entre dois tipos de narrativa que conferem à trajetória de Antônio Carlos uma condição de mito político. Sua imagem pública se alterna entre, de um lado, o estigma do anti-herói, o avesso do ideal revolucionário, apesar de seu papel de articulador; o aristocrata conservador que só se aproxima do povo nos

discursos, mas que propõe que a Revolução se faça como antecipação à ação popular e, de outro lado, o político que expressa os anseios do povo, o estrategista sensato e prudente. Seja qual for a imagem do personagem, ela serve de orientação para os discursos sobre o processo político no qual se envolveu.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ARRUDA, José Jobson; TENGARRINHA, José Manuel. *Historiografia Luso-Brasileira Contemporânea*. Bauru: EDUSC, 1999, 190 p.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Trad. Carmen C, Varriale et al.; Coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacais. Volume 1; 1ª edição. Brasília: Universidade de Brasília, 1998, 674 p. (total: 1.330 p.). Vários Colaboradores. Obra em 2v.

GODOY, João Miguel Teixeira de. Formas e problemas da historiografia brasileira. *História Unisinos*, São Leopoldo, RS, v. 13, n. 1, p. 66-77, jan./abr. 2009.

LEAL, Paulo Roberto Figueira. A nova ambiência eleitoral e seus impactos na comunicação política. Juiz de Fora, *Revista Lumina* n°2, p. 66-67, jul/dez 2002.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. *A verdade sobre a Revolução de Outubro*. São Paulo: Unitas, 1933.

MORAIS, Aurino. *Minas na Aliança Liberal e na Revolução*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1990.

OLIVEIRA, Fabiane. *Boris Fausto: História e Historiografia; o fazer-se de um historiador da República em interlocução com as Ciências Sociais*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade de Brasília. Brasília: 2016, 261 p.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi (coord.); GOMES, Eduardo Rodrigues; WHATELY, Maria Celina. *Elite Intelectual e Debate Político nos Anos 30: uma bibliografia comentada da Revolução de 1930*. Rio de Janeiro/ Brasília: FGV/ INL, 1980, 356 p.

PEREIRA, Lígia Maria Leite & FARIA, Maria Auxiliadora. *Presidente Antônio Carlos: Um Andrada da República: O Arquiteto da Revolução de 30*. Rio de Janeiro. Editora Nova Fronteira. 1998.

PIRES, Teresinha Maria de C. Cruz. “Populista não, popular!”: Imagens político-eleitorais em disputa no YouTube e na TV. In: *Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação | E-compós*, Brasília, v.12, n.3, set./dez. 2009.

SANDES, Noé Freire. 1930: Entre a Memória e a História. *História Revista*. 8 (1/2): Goiânia: p. 141 – 158, jan – dez. 2003.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O Teatro das Oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

WIRTH, John D. *O Fiel da Balança: Minas Gerais na Federação Brasileira (1889 – 1937)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.